

AVISO DE PRIVACIDADE ISAN

EMPRESA ISAN

1. Da declaração de privacidade

A ISAN reconhece a importância da privacidade dos dados pessoais e está em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, tendo como missão a proteção e respeito à privacidade dos dados pessoais de todas as pessoas naturais, com as quais se relaciona, levando a sério a proteção dos dados de todos os seus clientes, parceiros, associados, fornecedores e usuários.

A ISAN segue todas as disposições legais que regulamentam o Tratamento de Dados Pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/18, e está empenhada na proteção aos titulares.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, bem como todas as leis e regulamentos nacionais de proteção de Dados Pessoais aplicáveis.

2. Objetivo

Este Aviso de Privacidade tem como objetivo informar os titulares de dados pessoais como funcionam os tratamentos de seus dados pela ISAN, assim como descrever e explicar os princípios e regras gerais relacionados a estes, servindo como um guia para nortear o tratamento de dados pela empresa

3. Direitos do titular, nos termos do artigo 18 da Lei Geral de Proteção de Dados

1-Confirmação da **existência do tratamento**.

2-Direito de **acesso** aos dados.

3-Direito de **correção de dados** incompletos, inexatos ou desatualizados.

4-Direito à **portabilidade dos dados** a outro fornecedor de serviço ou produto, de acordo com a regulamentação da ANPD, resguardados os segredos comerciais.

5-Direito de garantia à **disponibilidade, autenticidade, integridade e confidencialidade** dos dados

6-Direito de ser **notificado sobre mudanças** no tratamento dos dados.

7-Direito a **limitação/oposição** ao tratamento de dados.

8-Direito à **eliminação dos dados** pessoais tratados com o consentimento, exceto nas hipóteses de guarda legal e outras dispostas na Lei.

9-Direito à **informação** das entidades públicas e privadas com as quais a ISAN realiza **uso compartilhado de dados**.

10-Direito à informação sobre a possibilidade de **não fornecer o consentimento** e sobre as **consequências da negativa**.

11- Direito à **revogação** do seu **consentimento**.

4. Conceitos essenciais:

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

Encarregado/DPO: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Agentes de tratamento: o controlador e o operador;

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

5. Finalidades de tratamento

O ISAN trata os dados pessoais para as seguintes finalidades:

Nós jamais utilizaremos seus dados fora das finalidades informadas na presente política para as quais os mesmos deverão ser tratados e também jamais comercializaremos os seus dados. As informações coletadas serão utilizadas sempre respeitando os princípios da finalidade, necessidade e adequação entre esta e o tratamento realizado, nos termos do artigo 6º. da LGPD.

Quais dados pessoais coletamos e finalidades da coleta:

5.1 – Para a prestação dos serviços na área educacional, cursos de formação, atualização, pós-graduação, consultoria técnica e MBA

Categoria de Dados Pessoais: dados cadastrais e de identificação

Categoria de titulares: alunos do controlador

Base legal de tratamento: execução do contrato.

5.1.1 Solicitação de informações pelo titular (futuro discente), por meio de formulário no *website*, como procedimento preliminar para a execução do contrato, a pedido do titular, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados:

Categoria de titulares: alunos e candidatos ou futuros alunos do controlador

Categoria de Dados Pessoais: dados cadastrais- nome, *e-mail*, telefone.

Base legal de tratamento: procedimentos preliminares para a execução do contrato

5.1.2- Matrícula e cancelamento de matrícula de cursos de curta e média duração, pós-graduação e MBA

Categoria de titulares: alunos do controlador

Categoria de Dados Pessoais: dados cadastrais- Diploma de graduação devidamente registrado no MEC, histórico escolar, nome, *e-mail*, telefone, CPF, RG, comprovante de residência (endereço), Currículo atualizado e Comprovante de conselho de classe.

Base legal de tratamento: execução do contrato

5.1.3 Emissão de certificado.

Categoria de titulares: alunos e ex-alunos do controlador

Categoria de Dados Pessoais: dados cadastrais e de identificação- RG; CPF e documentos oficiais necessários à identificação da pessoa física.

Base legal de tratamento: execução do contrato

5.1.4 Imagens de professores e alunos, durante as aulas *on line*

Finalidade: para viabilizar a prestação de serviços, a qual é objeto do próprio contrato (execução do contrato).

Categoria de titulares: alunos e professores prestadores do controlador

Categoria de Dados Pessoais: imagens em vídeo

Base legal de tratamento: exercício regular de direito em contrato

5.1.4.1 Gravação das aulas *on line*

Finalidade: a própria prestação de serviços

Categoria de titulares: alunos e professores prestadores do controlador

Categoria de Dados Pessoais: imagens em vídeo

Base legal de tratamento: exercício regular de direito em contrato

5.1.5 Envio de newsletter pela plataforma Locaweb (*e-mails*) e mensagens eletrônicas *whatsapp* de outros cursos para alunos, ex-alunos e interessados.

O ISAN poderá enviar correio eletrônico (*e-mails*) e mensagens eletrônicas *whatsapp* com descontos, em pós-graduação e de outras parcerias, como benefício aos seus alunos e ex-alunos, com base no legítimo interesse.

Se o titular não quiser mais receber correios, ou mensagens eletrônicas do ISAN, haverá a possibilidade de descadastro da lista de mensagens ou correios eletrônicos. Neste caso, o envio será cessado em até 5 (cinco) dias úteis.

Categoria de titulares: alunos e clientes interessados do controlador.

Categoria de Dados Pessoais: e-mail e nome.

Caso o titular opte por não mais receber mensagens ou correios eletrônicos do ISAN, ele terá a opção de se descadastrar de nossa lista de envios. Para isso, basta realizar o procedimento de “opt-out”, que estará disponível em todas as nossas comunicações. Após a solicitação de descadastro, o ISAN se compromete a cessar o envio dessas comunicações no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Base legal de tratamento: legítimo interesse

5.1.6 Fotos de alunos e professores para site e redes sociais

Categoria de titulares: alunos e prestadores do controlador

Categoria de Dados Pessoais: imagens

O ISAN poderá tirar fotos de seus alunos, ex-alunos, professores e/ou prestadores para o seu site, ou redes sociais, mediante termo de consentimento livre, informado e inequívoco, atendidos os direitos do titular.

Base legal de tratamento: consentimento

5.1.7 videovigilância para segurança da informação

Categoria de titulares: alunos, candidatos a alunos, empregados e prestadores do controlador.

Categoria de Dados Pessoais: imagens em vídeo

No interesse de garantir a segurança da informação e a proteção patrimonial, o ISAN implementou Sistemas de Videovigilância nas áreas comuns de suas instalações. Estes sistemas são essenciais para monitorar e salvaguardar os bens e espaços, contribuindo para a segurança e bem-estar de todos.

Base legal de tratamento: a operação dos sistemas de videovigilância está fundamentada no legítimo interesse pela segurança da informação e proteção patrimonial, conforme estipulado pelo Art. 11, II, g, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Esta base legal reconhece a importância e a necessidade de tais medidas para a preservação da integridade dos espaços e informações gerenciadas pelo ISAN.

5.8 videovigilância para proteção patrimonial e de pessoas

Categoria de titulares: alunos, candidatos a alunos, empregados e prestadores do controlador.

Categoria de Dados Pessoais: imagens em vídeo

O Isan implementou Sistemas de Videovigilância em suas instalações com o objetivo primordial de zelar pela segurança de todas as pessoas que se relacionam com a empresa, bem como para a proteção dos bens localizados em nossos espaços. Esta medida é essencial para assegurar um ambiente seguro e protegido para funcionários, clientes e visitantes, além de contribuir para a preservação dos bens patrimoniais.

Base legal de tratamento: a base legal para o tratamento de dados por meio desses sistemas de videovigilância enquadra-se na proteção à vida e integridade física do titular ou de terceiros, conforme Artigo 11, inciso II, letra e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Esta disposição legal reconhece a relevância de tais medidas para garantir a segurança das pessoas e dos bens sob a responsabilidade do ISAN.

5.9 Divulgação de *lives* e de cursos acadêmicos:

Categoria de titulares: clientes, alunos e prestadores do controlador.

Categoria de dados: dados cadastrais- nome e e-mail

5.9.1 Inscrição nas palestras e eventos

Base legal: procedimentos preliminares para a execução do contrato- quando o titular pede inscrição na palestra

5.9.2 Posterior divulgação de outros eventos, cursos e descontos, oriundos de cadastros para palestras e eventos

Base legal: legítimo interesse- promoção e apoio de atividades do controlador, tendo sempre o titular a possibilidade de se descadastrar, “opt out”.

5.10 Cookies

O que são? Os *cookies* são pequenos ficheiros ou arquivos, os quais são geralmente criados por sites visitados e que são salvos no computador do usuário, por meio do navegador. Esses arquivos contêm informações que servem para identificar o visitante, seja para personalizar a página de acordo com o perfil, seja para facilitar o transporte de dados entre as páginas de um mesmo site.

Quando você visita nosso site há uma troca de *cookies* com seu navegador, quando estritamente necessário, para o funcionamento do *website*:

Momento da coleta	Grupo de Dados Pessoais	Finalidade	Base Legal
--------------------------	--------------------------------	-------------------	-------------------

Acesso ao site	Cookies que são enviados ao seu navegador, conforme nossa Política de Cookies	Cookies estritamente necessários	Legítimo interesse
		Cookies de desempenho e de segmentação	Consentimento

Capítulo 6 - Compartilhamento de Dados

A faculdade poderá compartilhar dados pessoais nas seguintes circunstâncias:

Com Instituições Financeiras: Para a execução de contratos relacionados a serviços educacionais, incluindo, mas não se limitando a, processamento de pagamentos de mensalidades e financiamento estudantil.

Com o MEC e Autoridades Regulatórias: Para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, incluindo, mas não se limitando a, relatórios educacionais, avaliações de qualidade e conformidade com regulamentações do setor educacional.

Com Autoridades Judiciárias ou Arbitrais: Em situações em que seja necessário o cumprimento de ordens judiciais, decisões arbitrais ou procedimentos legais.

Com Instituições Associativas e Acadêmicas: Para fins de colaboração acadêmica, pesquisa, participação em eventos educativos, palestras e outras atividades que promovam o desenvolvimento educacional e profissional dos estudantes. Este compartilhamento será feito sempre respeitando os princípios de proteção de dados e as finalidades educacionais da instituição.

Este compartilhamento de dados está alinhado com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e outras legislações aplicáveis, garantindo a segurança e a confidencialidade das informações compartilhadas.

Capítulo 7 - Retenção de Dados Pessoais

Os dados pessoais coletados pela instituição serão retidos apenas pelo período necessário para alcançar as finalidades específicas para as quais foram coletados, em conformidade com o Artigo 16 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Após o término do tratamento desses dados, eles serão eliminados, respeitando os limites técnicos das atividades, a menos que seja necessário conservá-los para:

Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória pelo Controlador: Conforme Art. 16, inciso I da LGPD, os dados podem ser conservados para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias a que o controlador esteja sujeito.

Uso Exclusivo do Controlador, Vedado o Acesso por Terceiro: Conforme Art. 16, inciso IV da LGPD, os dados podem ser conservados para uso exclusivo do controlador, desde que anonimizados e vedado seu acesso por terceiros.

Capítulo 8 - Segurança dos Dados Pessoais

O ISAN está empenhado em proteger a privacidade e a segurança dos dados pessoais. Para isso, implementamos um conjunto abrangente de medidas físicas, técnicas e administrativas, alinhadas com as normas da LGPD e as práticas recomendadas pela ISO em segurança da informação.

Medidas Implementadas:

Políticas de Segurança da Informação: Estabelecemos e mantemos políticas rigorosas de segurança da informação, que são regularmente revisadas e atualizadas.

Treinamentos Constantes: Realizamos treinamentos regulares em conscientização sobre privacidade e proteção de dados para todos os colaboradores.

Termos de Confidencialidade: Exigimos a assinatura de termos de confidencialidade (NDAs) por colaboradores e terceiros que têm acesso aos dados.

Controle Rigoroso de Acesso: Restringimos o acesso aos dados pessoais somente a indivíduos autorizados e para propósitos específicos.

Proteção de Infraestrutura: Utilizamos servidores próprios com proteções robustas contra acesso não autorizado.

Manutenção da Confidencialidade: Mantemos um alto nível de sigilo por parte de profissionais que acessam as informações.

Transparência e Acesso pelo Titular: Garantimos o direito do titular de acessar suas informações armazenadas conosco.

Reconhecemos que nenhuma transmissão de informações é totalmente segura. Contudo, estamos comprometidos a utilizar todos os esforços para reduzir ao máximo qualquer risco, mantendo a privacidade dos titulares e alcançando um nível de segurança aceitável.

9. Em Caso de Violação de Dados:

Caso ocorra uma violação de dados pessoais, o ISAN se compromete a tomar todas as medidas cabíveis para minimizar as consequências do incidente e notificar as autoridades e titulares conforme exigido por lei.

Este capítulo reflete nosso compromisso contínuo em proteger os dados pessoais e a privacidade dos nossos titulares, em conformidade com as legislações aplicáveis e as melhores práticas de segurança da informação

10. Vigência

O presente Aviso de Privacidade passa a vigorar a partir de 28/11/2023 por prazo indeterminado, podendo ser revisado e atualizado sempre que necessário e sem aviso prévio.

11. Atualização deste Aviso de Privacidade

Este Aviso de Privacidade poderá ser atualizada a qualquer momento, sempre que houver necessidade.

Sempre que identificadas novas atividades de tratamento e precisar-se de atualização, da presente política, será publicado novo texto com o número da versão e data de atualização.

Caso haja alteração significativa nos termos, podemos informar você por meio das daquelas informadas em nosso banco de dados, ou por meio de notificação ao acessar o nosso site.

DPO: Tereza Analia Cezar Araujo Chagas

Contato: privacidade@isanfgv.com.br